

ICMS ECOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO ICMS-E NO ESTADO DA BAHIA

Ana Carolina Costa Pires¹; Aurea Fabiane Apolinário de Albuquerque Gerum²; Mariane de Jesus da Silva de Carvalho³

¹Graduada em Ciências Contábeis (FAMAM), Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (FAMAM), acpires01@gmail.com; ²Doutora em Economia Agrícola pela Universität Hohenheim, docente da FAMAM, aurea_albuquerque@yahoo.com.br; ³Doutora em Ciências Agrárias (UFBR), docente da FAMAM, marianejs@yahoo.com.br.

ICMS Ecológico é um importante instrumento de conservação do Meio Ambiente, adotado em alguns estados do Brasil, que concede aos municípios que adotam medidas ambientais, privilégios mensurados como: a participação em parcelas maiores a que tem direito, estimulando a criação de unidades de conservação, à preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, ao aumento da qualidade de vida dentre outros. O presente estudo tem como objetivo geral: analisar o potencial ecológico dos municípios da Bahia, na perspectiva de elaborar uma proposta de implantação do ICMS ecológico. Como objetivos específicos, tem-se: levantar os municípios do estado da Bahia que tenham em seu território unidades de conservação ambiental e mananciais; verificar a dimensão das áreas de conservação e mananciais dos municípios selecionados; estimar a receita de ICMS ecológico a partir das áreas levantadas; e, identificar possíveis benefícios que podem ser gerados com a proposta de implantação do ICMS ecológico no território baiano a partir de experiências exitosas de outros estados do Brasil. Sobre os aspectos metodológicos, a pesquisa é classificada como descritiva de abordagem qualitativa. O levantamento de informações será realizado nos portais: Unidade de Conservação do Brasil; FUNAI; IBGE. Em seguida, serão realizados cálculos no Microsoft Excel (versão 2019 e versão 365) para estimar a receita do ICMS-E, associando-a com os possíveis benefícios gerados. Almeja-se obter como resultados um número considerável de municípios do Estado da Bahia que atendam aos critérios de preservação ambiental (unidades de conservação e mananciais), e que os recursos estimados a partir das áreas de conservação levantadas possam delinear uma série de benefícios para o meio ambiente e consequentemente para a sociedade baiana, a partir da análise comparativa com as experiências exitosas de outros estados brasileiros.

Palavras-chave: Tributação ambiental. Políticas públicas. Sustentabilidade.